



PSB40

INFORMA

Uma publicação da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados

Especial Dia da Mulher

Lídice propõe medidas para igualar oportunidades entre gêneros e raças

De acordo com o projeto encaminhado pela deputada, a reserva de vagas em cursos de capacitação profissional deverá ser proporcional ao número de mulheres que fazem parte da população economicamente ativa.

Pág. 7

Ana Arraes quer prioridade no atendimento médico a mulheres vítimas de agressão

O projeto define que quaisquer danos físicos, psíquicos ou estéticos decorrentes de violência sejam tratados pelos hospitais públicos ou vinculados ao SUS.

Pág. 7

Ampliação da Zona Franca de Manaus

Deputada Maria Helena pede a extensão dos benefícios fiscais e tributários para os estados da Amazônia Ocidental. Segundo a socialista, a Zona Franca traz benefícios para Manaus, mas prejudica o comércio dos estados vizinhos.

Pág. 6

Entrevista com a coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, Sandra Rosado (PSB/RN)

Pág. 3

Eventos marcarão a Semana da Mulher na Câmara dos Deputados

Pág. 4

Bravas mulheres brasileiras!



As deputadas Sandra Rosado, Lídice da Mata, Maria Helena, Ana Arraes, Luiza Erundina e Janete Capiberibe (esq. para dir): denúncias, trabalho e conquistas

Esta edição de janeiro/fevereiro do **PSB40 Informa** está diferente. É um número monográfico, que fala da perseverança e das conquistas das mulheres brasileiras. Sem dúvida elas avançaram

muito, mas ainda sofrem discriminação, preconceito, desrespeito e humilhação. Na Semana da Mulher, trabalhadoras, parlamentares e dirigentes de classe levantarão a voz para serem ouvidas, reivindicando

seu lugar nos espaços de poder. Sendo assim, não poderíamos deixar de ressaltar e homenagear o trabalho das nossas seis parlamentares na Câmara dos Deputados, nossas bravas mulheres brasileiras!

Editorial

Atravessamos um momento de perplexidade. Os casos de abuso sexual e violência doméstica contra a mulher estouram por todo o país. Não há sombra, nem sequer penumbra de dúvidas, que não se trata do retrato de uma nova realidade. Pelo contrário, uma realidade, há séculos oprimida pela nossa cultura patriarcal, está sendo descortinada. Nós, mulheres, estamos conquistando a maior de todas as virtudes na luta contra o preconceito: a coragem.

Pág. 2



Mulheres convivem de forma desumana em uma cadeia de São Paulo, que abriga 91 detentas mas tem capacidade só para 12.

Luiza Erundina denuncia a superlotação na cadeia feminina de Bilac, a 523Km da capital São Paulo. A deputada atendeu ao pedido do juiz da comarca local, que pediu a interdição da cadeia alegando superlotação e completa falta de higiene. “O que vimos foi um quadro de horror, um verdadeiro inferno na terra”, denunciou a deputada.

Pág. 7

EDITORIAL

A conquista da coragem

Sandra Rosado*

Atravessamos um momento de perplexidade. Os casos de abuso sexual e violência doméstica contra a mulher estouram por todo o país. Não há sombra, nem sequer penumbra de dúvidas de que não se trata do retrato de uma nova realidade. Pelo contrário, uma realidade há séculos oprimida pela nossa cultura patriarcal está sendo descortinada. Nós, mulheres, estamos conquistando a maior de todas as virtudes na luta contra o preconceito: a coragem.

Nas últimas semanas, as bárbaries da violência sexual e doméstica contra a mulher tomaram conta de toda a imprensa. O abominável ser de Luziânia no Estado de Goiás, que, numa verborragia de atrocidades, raptou, ameaçou, acorrentou, espancou, esturpou e matou, é o emblema de uma monstruosidade. O treinador que teria abusado da nadadora Joanna Maranhão é a patética representação de um doente confiante nesta cultura de covardia e de impunidade. Os inúmeros casos de violência doméstica que, ainda timidamente, surgem e ecoam em todos os lugares do país, traduzem a coragem feminina de colocar um ponto final na resignação e na submissão paciente.

Um passo crucial para esta conquista foi, inquestionavelmente, o advento da Lei Maria da Penha. Com a fundamental colaboração da Secretaria Especial de Política para Mulheres, o desafio agora é aparelhar os estados com a estrutura necessária para efetiva aplicação da lei, mudando definitivamente a realidade social. A Bancada Feminina, embora com uma representação reduzida (menos de um décimo do Congresso), tem demonstrado uma atuação aguerrida e incessante na luta pelos direitos essencialmente relativos às mulheres. Somos

46 (quarenta e seis) deputadas e 10 (dez) senadoras, em um universo de 594 (quinhentos e noventa e quatro) parlamentares. Esse 'fosso' na representatividade, entretanto, não nos desestimula. Pelo contrário, nos alimenta com uma implacável determinação.

Como legisladoras e representantes populares, somos, por obrigação, guardiãs deste movimento que começa a brotar. Temos como desafio convencer essas mulheres vítimas das mais variadas espécies de violência, que vale a pena ter coragem, que o dia seguinte à denúncia é o alvorecer de uma nova vida e não o começo de um inferno ainda pior. Deve ser imperativo do Estado garantir e deixar claro que esta cultura opressora tem um inimigo maior, que proporcionará abrigo e proteção àquelas que decidiram não se calar. E, para que fique bem claro, não se trata de comiserção estatal. Além da reparação de uma dívida histórica às mulheres, estaremos premiando e incentivando a intrepidez e a bravura.

Todas nós sabemos que não será fácil. Afinal de contas, romper com traços culturais tão irracionalmente arraigados na nossa sociedade, sempre é um processo embaraçado e repleto de resistências. Quero e posso acreditar, todavia, que estamos vivenciando o nascimento de um movimento determinante para nós mulheres. Estamos bem próximas de uma conquista que é o embrião de todas as outras. A virtude que dará o suporte necessário para acelerar decididamente nossos avanços. Uma conquista que fulmina com o medo de romper com esta cultura covarde e nociva à igualdade entre os sexos. A conquista da coragem.

* Deputada Federal (PSB-RN)
Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados

PONTO DE VISTA

Mulheres no Poder: um avanço para a democracia



Maria Helena*

Ao acompanharmos a evolução da legislação brasileira da perspectiva da mulher, podemos perceber o quanto a crescente participação feminina nas esferas de poder tem contribuído para a democratização de nossa sociedade.

A Lei Maria da Penha e as mudanças efetuadas no Código Civil Brasileiro em benefício das mulheres, além dos diversos projetos relacionados a essa temática que tramitam no Congresso Nacional, como o que prevê a ampliação do período de licença-maternidade e o que propõe a aposentadoria para as donas-de-casa, são exemplos que demonstram o quanto o olhar feminino e o pensar feminino influem na construção de mecanismos legais capazes de promover a igualdade.

As visões masculina e a feminina se complementam, se equilibram. Essa união de forças é altamente benéfica

para a sociedade, pois resulta em ações mais abrangentes e eficazes.

Ainda assim, alcançar a tão almejada igualdade de oportunidades entre homens e mulheres não é tarefa fácil. Alterar a forma como a mulher se insere em nossa sociedade implica promover profundas mudanças sociais, culturais e econômicas. Quebrar essa barreira é uma luta diária, rotineira, difícil.

A representação feminina no poder político é um espelho disso. Na Câmara Federal, somos hoje 46 deputadas. No Senado, temos apenas 10 senadoras. Nos estados e municípios a situação se reproduz igualmente. O mesmo ocorre nos demais poderes.

Este ano, temos a oportunidade de promover modificações significativas nesse quadro político com a realização das eleições municipais e, para isso, é necessário que as mulheres se dêem conta da importância de sua participação no processo democrático.

Facilitar o acesso das mulheres ao poder significa investir em um país mais justo, mais equânime, no qual as questões sociais serão tratadas com a relevância que merecem, no qual os segmentos minoritários terão voz e voto.

* Maria Helena é advogada e exerce seu segundo mandato como deputada federal eleita pelo PSB de Roraima.

Um desafio às mulheres



Janete Capiberibe*

gresso, 46 deputadas (9%) e 10 senadoras (12%). São só 4 ministras, 3 governadoras e 400 prefeitas em mais de 5,6 mil cidades. Ocupamos menos de 10% dos cargos eletivos.

Esta representação desigual se reflete na organização social. Assim, dá para entender por que as políticas que deveriam nos atender são falhas ou não saem do papel, agravando a diferença entre as mulheres e os homens.

Temos muito espaço a ocupar na vida pública, na organização social. É direito constitucional a igualdade entre mulheres e homens em todas as instâncias. E as diferenças, que existem, devem servir para orientar políticas de inclusão, não o contrário.

As eleições municipais são o desafio que apresento para começarmos a agir a partir da nossa realidade local, lançando-nos candidatas, elegendo-nos e propondo políticas que promovam a inclusão dos segmentos normalmente esquecidos, inclusive as mulheres. Ao mesmo tempo, faremos surgir lideranças, mulheres comprometidas com uma nova maneira de fazer política com partilha dos espaços de poder majoritariamente masculinos. A construção de um mundo com igualdade de gênero, justiça social e sustentabilidade ambiental só será possível se nos mobilizarmos para isso. É assim desde muito antes de 1932.

* Janete Capiberibe é militante política desde a juventude, foi exilada durante a ditadura militar, é deputada federal eleita pelo PSB do Amapá.



Expediente

Liderança PSB na Câmara dos Deputados

Líder:
Deputado Márcio FrançaChefe de Gabinete:
Magda Suely Rosa Oyo

PSB 40 Informa

Coordenador de Imprensa e Jornalista Responsável:
Miguel Netto MTB 24064/SPEdição:
Simone GarciaRedação:
Dinêz Costa, Letícia Alcântara,
Alessandra GondimColaboração:
Assessoria Deputadas Sandra Rosado,
Lídice da Mata, Janete Capiberibe,
Ana Arraes, Maria Helena, Luiza
Erundina e Fátima Paes LoureiroFotos:
André Abrahão, Patrícia Raposo e
gabinete dep. Luiza ErundinaDiagramação, Arte-final e Impressão:
TC Gráfica e Editora Ltda - EPP

ENTREVISTA com Sandra Rosado

“Não queremos mais ser coadjuvantes”

Simone Garcia

Escolhida por suas 45 colegas parlamentares, a deputada socialista Sandra Rosado é a nova coordenadora da Banca da Feminina na Câmara. Sandra conversou com o PSB40 Informa durante o lançamento da programação da Semana da Mulher. Ela convoca as mulheres brasileiras a saírem da sombra.

Deputada, qual é a sua análise sobre a participação histórica da mulher nos movimentos de esquerda?

No contexto histórico, fazendo um resgate da vida política da nação, encontraremos a presença atuante da mulher, que pela sua própria sensibilidade se envolveu nas lutas comunitárias, nas associações de bairro, fomentando um resultado que chegou às conquistas que nós tivemos até hoje. Durante muito tempo tivemos um período em que as mulheres eram ainda mais excluídas: tivemos um período de ditadura em que as pessoas tinham pouca participação e as mulheres foram avançando. Encontramos mulheres que participaram de lutas passadas que avançaram e hoje ocupam espaços de destaque no poder e que servem como espelho para a nova geração.

Na Europa temos as socialistas Angela Merkel, primeira ministra alemã, e Ségolène Royal, que disputou até o final as eleições presidenciais francesas no ano passado. Na América Latina temos outra socialista, Michelle Bachelet, presidente do Chile e Cristina Kirchner, que venceu com tranquilidade as eleições argentinas.

Existe um modelo que o Brasil deva seguir?

No nosso país, acredito que ainda vamos demorar um pouco para alcançar este patamar, embora tenhamos mulheres de grande valor. Precisamos, além da disputa, que ocorra um grande movimento e que as pessoas acreditem no potencial das mulheres, que os partidos políticos trabalhem na sua base a participação da mulher. Nós temos mulheres que ocupam lugares de destaque, como a ministra Dilma Rousseff, como a nossa brava companheira Luiza Erundina, que saiu do nordeste e foi prefeita de São Paulo, temos muitas mulheres que têm capacidade e competência para chegar à presidência da república.

O tema que vai pautar os trabalhos da bancada feminina na Câmara dos Deputados este ano é “As mulheres nos espaços de poder”. É hora de querer mais?

A participação da mulher na política se dá naturalmente, mas, na maioria dos casos, nos espaços distantes do poder, infelizmente. Precisamos avançar nisso. Não podemos ficar apenas como coadjuvantes dessa luta, na base dos partidos, nos movimentos de esquerda, nas comunidades, na área rural e em locais mais distantes. Precisamos que estas mulheres entendam que devem participar cada vez mais dos espaços de poder municipal, estadual e federal. Sem dúvida, é através dessa construção que conquistaremos espaços que ainda estão distantes.

As mulheres brasileiras ainda precisam lutar pelo básico: trabalho,

remuneração idêntica à dos homens, direito de cuidar de seus filhos, saúde. Essas conquistas ainda estão na ordem do dia. Mas chegou a hora de voar mais alto, de participar das grandes decisões sobre o futuro do país.

O que falta para que isso ocorra?

Faltam muitas coisas. Uma das mais importantes é o financiamento das candidaturas, das campanhas eleitorais. Sabemos que os partidos políticos – todos – costumam destinar mais recursos para financiar candidaturas masculinas. E a mulher candidata, que tem um histórico recente na participação das campanhas eleitorais, precisa de um grande apoio, de mais recursos econômicos para se fazer conhecer.

Se você analisar um pouco o papel que cabe às mulheres nos partidos políticos, verá que à elas cabe tarefas muitas vezes desgastantes, como movimentos sociais e reivindicatórios. Obviamente, este lugar nos honra, mas temos a necessidade de crescer na participação, na disputa política.

E quando falo dos espaços de poder, não me refiro somente à participação no âmbito federal, do Congresso Nacional, ministérios ou grandes autarquias. Refiro-me também aos espaços municipais, estaduais, que estão mais próximos da população.



Então, aproveito para ressaltar o grande trabalho das vereadoras e deputadas estaduais e incentivar as mulheres a participarem de eleições para ocupar este espaço.

E na questão da violência contra a mulher? Quais são as medidas que a Sra. acredita que devam ser tomadas para reduzir os índices registrados nos últimos anos?

A meu ver, o primeiro de tudo é conseguir um amparo jurídico à estas mulheres maltratadas. Para se ter uma idéia, a Lei Maria da Penha, que aumenta a punição em caso de violência

contra a mulher, estabelece que as vítimas tenham o suporte de juizados especiais. No Brasil, em apenas 17 estados foram instalados juizados especializados para recolher as denúncias e amparar essas mulheres.

O perfil das vítimas é realmente o de mulheres de classe baixa, como se costuma pensar?

Não. Os dados nos mostram que existem

muitas mulheres das classes média e alta que são maltratadas. Muitas vezes não é o maltrato físico, que deixa marcas no corpo, mas sim o maltrato psicológico, que deixa marcas na alma.

Então, essa idéia de que somente as mulheres da classe baixa, sem instrução, que vêm de famílias desestruturadas são vítimas de violência e maltrato é um mito.

Percebemos que na ditadura da beleza, imposta pelos meios de comunicação e alimentada pelas grandes empresas de cosméticos, as mulheres são as mais cobradas, as mais afetadas. Qual a sua opinião sobre isso?

Na minha opinião, todos nós que convivemos em sociedade devemos estar apresentáveis. Até porque é uma deferência com o próximo, com as pessoas que convivem conosco. Mas esse cuidado não deve nunca ultrapassar os limites do bom senso.

A ditadura da beleza não deve influenciar a capacidade das pessoas, seja mulher ou homem. Essa deturpação do “estar bem” é inaceitável. O ser humano deve perseguir obstinadamente o seu bem-estar, sua felicidade, e isso não tem nada a ver com essa obsessão com a aparência física.

ESPECIAL DIA DA MULHER

Eventos marcarão Semana da Mulher

A Câmara dos Deputados abrirá a Semana da Mulher no dia 3 de março, com a exposição de imagens de parlamentares que fizeram história no Brasil, no corredor de acesso ao plenário, no anexo II. As imagens impressas fazem parte do arquivo da Casa.

Também durante a semana um telão montado no Anexo II exibirá imagens das deputadas federais.

Dois temas serão abordados na Comissão Geral que se realizará no dia 4 de março: “A mulher nos espaços de poder” e a “Lei Maria da Penha no combate à violência”. A sessão plenária foi uma iniciativa da coordenadora da bancada feminina, deputada Sandra Rosado (PSB/RN).

No dia 5, no Salão Nobre da Câ-

mara, será feita a entrega do Diploma Carlota Pereira de Queiroz a personalidades que se destacaram na defesa dos direitos femininos. Na ocasião, também haverá um show musical com o grupo Batalá, de Brasília. Para o dia 11 de março está prevista uma Sessão Solene conjunta da Câmara e do Senado em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A sessão será no plenário do Senado.

O Dia Internacional da Mulher foi criado em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em alusão a 8 de março de 1857, quando operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque (EUA) fizeram greve, ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho.



Bancada Feminina: programação intensa na Semana da Mulher

Bancada feminina cobra punição para assassinato da deputada Ceci Cunha

A bancada feminina homenageará, durante Comissão Geral, no dia 4, a memória da deputada federal Ceci Cunha, do PSDB de Alagoas, assassinada em 16 de dezembro de 1998. O crime aconteceu por volta das 19h30 na varanda de uma casa do bairro da Gruta, em Maceió, minutos depois de a parlamentar ter sido diplomada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Também foram mortos o esposo de Ceci, Juvenal Cunha, e seu cunhado Iran Carlos Maranhão, além de Ítala Maranhão, mãe de Iran.

De acordo com o processo que tramita na Justiça, o mandante da chacina seria o suplente de Ceci, Talvane Albuquerque, que chegou a assumir o lugar dela, mas perdeu o mandato por falta de decoro devido às suas ligações com os pistoleiros. Para a deputada Sandra Rosado (PSB/RN), coordenadora da bancada feminina da Câmara, esse é um caso emblemático que, apesar de envolver uma parlamentar federal, ainda não teve solução, o que demonstra que a impunidade é uma realidade em todos os níveis da sociedade. “Infelizmente, este é um crime que está impune até hoje. Ele marca muito bem a nossa luta no combate à violência contra a mulher em todo país”, ressalta Sandra.

O filho da deputada Ceci, o advogado Rodrigo Cunha, um dos convida-

dos da sessão na Câmara, disse que apesar da dor pela perda dos pais de forma trágica, a família continua na batalha pela punição exemplar de todos os envolvidos na chacina. No mês passado, ele lançou o site www.queremosjustica.com.br, no intuito de denunciar os assassinatos que continuam impunes em Alagoas. “Só ouvimos falar em nosso estado como sendo uma terra de injustiça, de impunidade. Então, resolvemos criar este portal e lembrar todos os casos que continuam sem punição”, explicou Rodrigo.

A Comissão Geral, o plenário debaterá também a “A Lei Maria da Penha no Combate à Violência” e “Mulher nos Espaços de Poder”. Segundo Sandra Rosado, a idéia é promover a discussão sobre a legislação para coibir crimes contra as mulheres, bem como garantir a ampliação de postos para elas atuarem nas esferas de poder.

Mulher Cidadã - A bancada feminina indicou o nome de Ceci Cunha para o Diploma Mulher Cidadã Carlota Pereira de Queiroz. Conforme Sandra Rosado, esta seria mais uma maneira de lembrar da deputada assassinada há dez anos que, como médica e parlamentar sempre lutou pelos direitos femininos. O diploma faz referência à primeira deputada brasileira Carlota Pereira de Queiroz, que viveu de 1892 a 1982.

Deputadas visitam jovem de Luziânia

A bancada feminina da Câmara foi ao município de Luziânia (GO), no último dia 26, conversar com a delegada Dilamar Aparecida de Castro Souza, que investiga caso de M., uma jovem de 19 anos que denunciou ter sido estuprada por um dono de um bar e mantida em cárcere privado durante nove anos.

As parlamentares também tiveram audiência reservada na Câmara Municipal com os vereadores Josefina Aparecida e Beto Roriz, para tratar do mesmo assunto. Segundo a deputada Sandra Rosado (PSB/RN), coordenadora da bancada, todas as garantias e proteção de vida devem ser dadas à moça que acabou fugindo do cativo em fevereiro e delatando o agressor.

“O poder público precisa tomar uma posição diante de um caso tão cruel, pois temos de encorajar outras mulheres que estejam passando pela mesma situação a denunciarem”, disse a deputada. A bancada também agendou uma reunião com o secretário especial dos Direitos Humanos, ministro



M., de 19 anos (de costas e com a filha nos braços) conversa com as deputadas

Paulo Vannuchi, a fim de garantir amparo à garota.

O acusado do crime que chocou o Distrito Federal, Raimundo Gomes da Silva, de 61 anos, foi preso no último dia 15. Ele é suspeito de outros crimes e por isso há receio de represálias contra a vítima.

Sandra Rosado informou que a bancada feminina também planeja uma audiência pública na Câmara para discutir esse e outros casos de violência contra a mulher, a exemplo do ocorrido com a nadadora Joanna Maranhão que, aos 9 anos de idade, foi vítima de abuso sexual praticado por seu treinador.

Mulheres Socialistas organizadas lutam por mais espaço na política

Com representação em todos os estados da federação, a Secretaria Nacional de Mulheres do PSB atua em diversas frentes, na discussão e na formulação de políticas públicas para o gênero, bem como no combate à criminalidade. Dora Pires, que dirige a pasta há três anos, diz que a Secretaria foi criada em 1999, a partir da necessidade do debate dessa questão dentro do partido pois, apesar de representarem mais de 50% da população brasileira, as mulheres ainda sofrem discriminação e ocupam poucos postos de poder, seja no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário. Exemplo disso acontece na Câmara, onde, dos 513 deputados federais, apenas 46 são mulheres.

“O poder ainda é masculino; a representação feminina é aquém do que poderia ser. Temos conquistas como uma ministra presidindo o Supremo Tribunal Federal, mas precisamos avançar. Estamos estimulando as mulheres para que elas participem ativamente das eleições de 2008, quando tentaremos eleger um maior número de vereadoras e prefeitas.”, afirma Dora.

Outra preocupação da Secretária Nacional é o aumento da violência contra o sexo feminino em todo o país, principalmente em Pernambuco, onde mais de 200 mulheres foram assassinadas somente no ano passado, sendo que boa parte delas foram vítimas de seus próprios maridos ou companheiros. Dora explica que não há um estudo profundo sobre a motivação dos crimes,



Dora Pires, Secretária Nacional de Mulheres do PSB, afirma que o poder ainda é masculino

mas alerta que o fator econômico deve ser observado atentamente, pois muitas mulheres se submetem a uma relação machista com homens agressivos simplesmente porque não têm emprego ou renda para sustentarem seus filhos. “O Nordeste registra altos índices de violência. Queremos fazer um esforço junto com os movimentos sociais, a população e os poderes constituídos para reverter esse quadro”, disse.

Outro tópico da ação dos movimentos femininos, conforme Dora Pires, é a luta pela diminuição da defasagem entre os valores recebidos pelas mulheres em relação aos homens, pois de acordo com estudo do Sistema Nacional de Informações de Gênero, com base no Censo de 2000, apesar de contarem com maior escolaridade, as brasileiras recebem salários em média 30% menores que os homens

As conquistas das brasileiras

- 1888** - A Princesa Isabel assina a Lei Áurea; ela foi a primeira mulher a participar da política no Brasil
- 1906** - Primeiro Congresso Operário Brasileiro que lutou pela redução da jornada de trabalho das mulheres que era de até 16 horas diárias
- 1907** - A partir da greve das costureiras, generalizava-se o movimento pela jornada de 8 horas de trabalho.
- 1917** - As mulheres passaram a integrar o serviço público.
- 1919** - Primeira Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho. Salário igual para trabalho igual (participação de duas brasileiras: Bertha Lutz e Olga de Paiva Meira).
- Criação do Comitê Feminino contra a Fome (Pernambuco).
- 1920** - Terceiro Congresso Operário Brasileiro. Denúncias das brutalidades dos patrões. Investimento em educação sócio-política. Fim do trabalho noturno para mulheres e salários iguais.
- 1922** - Fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Propostas: orientação para a escolha de uma profissão. Esclarecimento sobre a necessidade de obter direitos políticos através do voto.
- 1932** - O código eleitoral provisório assegurou que as mulheres, solteiras ou viúvas, com renda própria, e ainda as casadas, com autorização expressa do marido, tivessem direito ao voto.
- 1933** - Criado o Comitê da Mulher Trabalhadora. Eleita a primeira deputada, Carlota Pereira Queiroz.
- 1934** - Na Assembléia Constituinte, algumas bandeiras de luta foram asseguradas: princípio de igualdade entre os sexos, direito ao voto feminino, regulamentação do trabalho feminino, equiparação salarial entre homens e mulheres, proibição do trabalho noturno.
- 1945** - Foi editado o Jornal Movimento Feminino, ligado ao PCB. Criado o Comitê Feminino pela Anistia.
- 1946** - Findou a ditadura Vargas. Travado grande debate sobre o divórcio e os filhos nascidos fora do casamento. Os anti-divorcistas foram vitoriosos.
- 1949** - Fundada no RJ a Federação de Mulheres do Brasil, que propôs intensa propaganda de educação e esclarecimento sobre o trabalho feminino.
- 1952** - A primeira Assembléia Nacional de Mulheres, realizada no RJ, defendeu o princípio de salário igual para trabalho igual, aposentadoria aos 25 anos de serviços e creches.
- 1953** - Organização das mulheres contra a carestia e realização da Passeata da Panela Vazia. A mulher passou a participar da vida dos sindicatos, assumindo os departamentos femininos.
- 1955** - Criação da Primeira Liga Camponesa (Pernambuco). Homens e mulheres em torno da problemática da reforma agrária.
- 1956** - Realizou-se na Bahia, a Primeira Conferência de Mulheres Trabalhadoras. O temário tratou da sindicalização feminina, casamento e gravidez como impedimento ao acesso ao trabalho. Realizou-se em São Paulo a Primeira Conferência de Mulheres do setor metalúrgico da capital. Aprovada a extensão dos benefícios da CLT às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais.
- 1961** - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Movimento de Educação de Base. Expressivo o número de mulheres como animadoras do processo.
- 1975** - Fundado em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia. Promovida no Rio de Janeiro uma semana de debates sobre a condição feminina com o apoio da ONU e da ABI. Nasce o Centro da Mulher Brasileira. Editados os jornais feministas: "Brasil Mulher" e "Nós mulheres" com sucursais regionais.
- 1977** - Aprovada a lei do divórcio. Criação do Conselho da Condição Feminina, a Delegacia de Defesa da Mulher e o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher.
- 1982** - Articulação de um abaixo-assinado feito pelas mulheres exigindo da Comissão que estudou o novo Estatuto da Família, a reformulação do código civil no intuito de prover a igualdade de direitos entre a mulher e o homem na sociedade conjugal. Destacaram-se as advogadas Sílvia Pimentil e Floriza Verucci.
- 1984** - A "Carta Alerta das Mulheres de São Paulo" conclamava para o ato público pelas Diretas Já. Comemoração dos 50 anos do voto feminino no Brasil.
- 1985** - Conquista da Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
- 1986** - O movimento de mulheres, articulado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, lançou a campanha "Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher".
- 1987** - 300 mulheres foram ao Congresso Constituinte e exigiram a entrada nas galerias e uma sessão especial para registrar a entrega das suas reivindicações.
- 1988** - 5000 mulheres em passeata comemoraram os Cem anos da abolição da escravatura. O movimento feminista começou a defender o princípio de que mulheres e homens são diferentes mas não são desiguais.
- 1990** - Instituídas: Rede Nacional de Direitos Reprodutivos e a Rede Nacional contra a Violência Doméstica e Sexual.
- 1997** - Eleita a primeira presidenta da Academia Brasileira de Letras, a escritora Nélida Piñon.

NOTÍCIAS DA CÂMARA

Erundina garante direito da gestante a um parto seguro

O presidente Lula sancionou em dezembro de 2007 a Lei 11.634/2007, de autoria da deputada Luiza Erundina (PSB/SP), que garante o direito da gestante de saber em que hospital receberá atendimento médico pelo Sistema Único de Saúde (SUS) durante os meses de gestação e de vincular-se ao mesmo.

Segundo Erundina, a nova legislação acabará com a indefinição a respeito da maternidade que acolherá a gestante até

momentos antes do parto, situação que ocasionava insegurança aos pais, deixava patente a falta de planejamento dos serviços de saúde. “A peregrinação, de porta em porta, na busca por vaga nas maternidades freqüentemente lotadas e inaptas a realizar partos mais complicados gera centenas de casos de partos de emergência e é fruto da falta de estrutura”, explica a deputada.

Conforme a lei federal em vigor em todo o territó-

rio nacional desde o dia 28 de dezembro, a vinculação da gestante à maternidade deve ser feita no ato da inscrição no programa de assistência pré-natal nos serviços municipais de saúde, sob a responsabilidade do SUS. O hospital ao qual se vinculará a futura mãe deverá ser comprovadamente apto a prestar a assistência necessária de acordo com a situação de risco da gestação.

O texto afirma ainda que o SUS deverá se res-



Erundina: proteção à gestante

ponsabilizar pela transferência das gestantes para outro local no caso de comprovada falta de aptidão técnica e de pessoal da maternidade.

Janete vai presidir a Comissão da Amazônia

A deputada Janete Capiberibe (PSB/AP) é a nova presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados.

A socialista pretende priorizar a promoção de políticas de desenvolvimento sustentável com justiça social na região amazônica. “Eu, com os parlamentares que integram a comissão e todos os deputados da região Norte, vou procurar debater a utilização sustentável e responsável dos recursos naturais da Amazônia”, afirma.

Para o líder do PSB na Câmara, deputado Márcio França, o partido ganha muito com Janete na Comissão da Amazônia, “a deputada é uma referência na defesa da região”, afirmou.

Aprovado projeto que prevê mais segurança nos barcos

A Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados aprovou, em novembro de 2007, o Projeto de Lei 1531/07 da deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), que torna obrigatória a instalação de proteção sobre o motor e o eixo de embarcações de pequeno porte. O objetivo é evitar o escarpelamento de mulheres e crianças durante o transporte de passageiros nos rios da Amazônia.

A situação dessas mulheres, vítimas de escarpelamento, ficou conhecida nacionalmente a partir da campanha promovida pela Associação das Mulheres Vítimas de Escarpelamento do Estado do Amapá e do Projeto de Lei da deputada Janete Capiberibe. Na II Conferência Nacional de Mulheres elas apareceram para todo o país, mostrando o couro cabeludo completamente pelado depois de ter sido arrancado ao enroscar os cabelos no eixo do barco ou nas hélices do motor.

O tema já foi motivo de manifestações e audiências públicas na Câmara dos Deputados e de ações por parte do Governo Federal para atenção e inclusão social e econômica destas vítimas. Outros parlamentares se engajaram na mobilização apresentando projetos que complementam a atenção às vítimas de escarpelamento.

“Tiramos um grupo de crianças e de mulheres, que são a maioria das vítimas, da invisibilidade. Elas se deram conta de que são cidadãs, que têm direitos e foram buscá-los. É um passo muito importante para recuperar sua dignidade. Elas são mulheres de coragem que continuarão tendo todo o nosso apoio. Ficamos felizes que mais pessoas se sensibilizem e participem desta luta”,

afirma a socialista. A deputada Janete Capiberibe destinou R\$ 100 mil dos recursos das emendas individuais para auxiliar na segurança da navegação ribeirinha.

A deputada sugere que a fiscalização do cumprimento da lei fique a cargo da Marinha Brasileira, por meio das Capitânicas dos Portos. No caso da infração à lei, haverá multas ou a retirada da licença para a navegação. O dinheiro arrecadado com as multas será empregado em programas educativos de segurança nesse tipo de transporte. Se aprovada, a regra vai valer para todo o País, evitando inclusive mutilações causadas por jet skis ou barcos de popa que costumam provocar acidentes e atropelar banhistas.

O Projeto de Lei 1531/07 será analisado agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Se aprovado, segue direto para sanção presidencial.

Maria Helena quer ampliação de benefícios fiscais para a Amazônia Ocidental

A extensão de benefícios fiscais e tributários da Zona Franca de Manaus para os estados da Amazônia Ocidental é objeto do Projeto de Lei (PL) 5652/05, de autoria da deputada Maria Helena (PSB/RR). O projeto propõe alteração na Lei 10.996, de 2004, estendendo a todos os estados da Amazônia Ocidental a isenção de contribuição para o PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização. Atualmente, esse benefício está restrito à Zona Franca de Manaus. A Amazônia Ocidental foi criada pelo Decreto Lei 356/68 e se constitui dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Segundo a socialista, a Zona Franca traz benefícios para Manaus, mas prejudica o comércio dos estados vizinhos

ao do Amazonas, que não conseguem praticar os mesmos preços. Como exemplo, a parlamentar cita o fato de algumas empresas de Manaus estarem estabelecendo filiais em outros estados, como Roraima, causando grandes dificuldades para os comerciantes locais. “Não é possível privilegiarmos as empresas de Manaus em detrimento das de outros municípios. Temos que buscar soluções para beneficiar tanto a população, oferecendo-lhe preços mais acessíveis, como também o setor empresarial, dando condições para que contribua para o crescimento econômico da região”, argumentou.



A deputada quer ampliar os benefícios fiscais concedidos até agora somente para Manaus

Maria Helena enfatizou ainda que Roraima é o estado mais prejudicado da região, uma vez que é o único interligado a Manaus por meio de rodovia. A matéria encontra-se sob análise da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Após aprovação nessa instância, o projeto seguirá para a Comissão de Constituição de Justiça e depois segue para o Senado, uma vez que tramita em caráter conclusivo.



Dor, sofrimento e exclusão. Mulheres escarpeladas se mostraram para todo o país na II Conferência Nacional das Mulheres

Transparência dos gastos públicos terá prioridade

O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 217, de 2004, que define normas para divulgação em tempo real de todos os gastos públicos da União, dos estados e municípios, consta como prioridade na pauta de votação da Câmara dos Deputados para o primeiro semestre.

O Projeto, conhecido como Transparência, foi apresentado simultaneamente no Senado e na Câmara em abril de 2003 pelo senador João Alberto Capiberibe (PSB/AP) e pela deputada Janete Capiberibe (PSB/AP). Em 2004, foi apreciado pelo Senado Federal e remetido à Câmara. Na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ), a

materia recebeu parecer favorável da deputada Sandra Rosado (PSB/RN) e foi aprovada pelos integrantes da CCJ ainda em 2005.

“Sua inclusão na pauta da Câmara concilia o desejo da sociedade civil organizada que manifesta-se favorável aos mecanismos de combate à corrupção e do parlamento, que sente-se obrigado a dar uma resposta positiva à população brasileira para erradicar um dos piores problemas do país”, afirma Janete.

O presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, garantiu que o Projeto Transparência será votado ainda neste semestre.

NOTÍCIAS DA CÂMARA

Lídice propõe medidas para igualar oportunidades entre gêneros e raças

A deputada federal Lídice da Mata (PSB/BA) encaminhou o Projeto de Lei que institui medidas para diminuir disparidades entre o número de alunos do sexo masculino e feminino e de outras raças, além da branca, nos cursos de capacitação profissional. Pela proposta da deputada, os cursos de qualificação profissional que utilizarem recursos públicos deverão reservar vagas para mulheres, negros e índios. Também está prevista no texto a inclusão de conteúdos sobre equidade de gênero nos currículos escolares.

De acordo com o projeto, a reserva de vagas deverá ser proporcional ao número de mulheres que fazem parte da população economicamente ativa. O cálculo terá como referência os números da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No

caso dos negros e índios serão utilizados os dados do último censo do IBGE.

Lídice da Mata explica que a definição dos papéis sociais do homem e da mulher é uma construção histórica e social. Sendo assim, as mudanças necessárias na sociedade brasileira dependem da formação dos indivíduos, para que eles aceitem e convivam com a diversidade de raça, gênero, geração, orientação sexual ou de deficiências físicas. “A escola é um espaço social para uma mudança na mentalidade das novas gerações; um espaço de prevenção e correção de condutas inadequadas e preconceituosas”, afirmou.

Dados da PNAD/IBGE de 2003, apontam que 42,7% da população economicamente ativa é composta por mulheres. Mas quando se fala em remuneração e reconhecimento

profissional, o qualitativo não reflete o quantitativo, ou seja, a importante presença feminina no mercado de trabalho não dá a elas salários equitativos aos dos homens. Uma mulher com baixa escolaridade (até três anos de estudo) ganha aproximadamente 60% do rendimento obtido por um homem com a mesma escolaridade. Com a educação básica completa (11 anos ou mais de estudo) a mulher continua ganhando cerca de 60% menos que o homem. Em média, o rendimento das mulheres representa algo em torno de 70% do rendimento dos homens.

Se aprovado, o “projeto irá fomentar práticas educativas e formativas que reconheçam a igualdade entre homens e mulheres, independente de raça, rompendo um legado cultural histórico de subordinação e discriminação”, finaliza a socialista.

Ana Arraes quer prioridade no atendimento médico a mulheres vítimas de agressão

Tramita na Câmara o Projeto de Lei (PL) 2481/2007, de autoria da deputada Ana Arraes (PSB/PE), que estabelece prioridade de atendimento nos serviços de assistência psicológica e social e de cirurgia plástica reparadora a mulheres vítimas de agressão. O projeto define que quaisquer danos físicos, psíquicos ou estéticos decorrentes de violência sejam tratados pelos hospitais públicos, ou vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Ana Arraes argumenta que a violência afeta mulheres de todas as idades, raças e classes sociais, causando agravos à saúde física e mental, dificuldades no emprego e aprendizagem, riscos de prostituição e uso de drogas. “A violência física normalmente é acompanhada da psicológica. O sistema de saúde tem

que propiciar atendimento integral às vítimas”, disse a socialista.

Em 1994, o Brasil assinou a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência física, sexual e psicológica contra a mulher. O documento determina que a assistência à vítima aconteça independente do local onde tenha ocorrido a agressão, seja em ambiente doméstico ou em local público, e que ela receba todo o apoio do Estado. “Nosso projeto vem atender a uma demanda real, já que vivemos num mundo em que as mulheres ainda sofrem preconceitos e maus tratos”, concluiu Ana Arraes.

A matéria está em análise na Comissão de Segurança e Família. Caso aprovada, seguirá para as comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça da Câmara.

Erundina denuncia superlotação em cadeia feminina de São Paulo

A deputada Luiza Erundina (PSB/SP) visitou no último dia 22, a cadeia pública do município de Bilac, a 523 Km de São Paulo. A deputada atendeu a um pedido do juiz João Alexandre Sanches Batagelo, que determinou a interdição do local devido à superlotação e à falta de higiene nas celas.

Preocupado com as detentas, o magistrado apelou pela intervenção da socialista, numa tentativa de resolver a questão. “O que vimos foi um quadro de horror, um verdadeiro inferno na terra. Havia seis mulheres grávidas, quatro aidéticas e uma com tuberculose. Além de não possuir condições de higiene, no local com capacidade para 12 presas havia 91. Elas se alimentam junto aos banheiros, já que não há portas nos banheiros”, afirmou a deputada.

Erundina externou o caso de Bilac ao governador José Serra e solicitou providências para a situação das presas que ela considerou “cruel e desumana”.

José Serra garantiu à deputada que o problema seria resolvido em dois dias. “O governador explicou que haverá

um remanejamento de vagas das cadeias da região e com isso as mulheres serão removidas de Bilac”, destaca Erundina.

A parlamentar observou ainda que a crise do sistema carcerário registrada em SP, o estado mais rico do país, não difere das outras regiões. No caso de Bilac, ela analisa que o juiz agiu corretamente, ao procurar solução para o caos, porém lembrou que isso nem sempre acontece em outras partes do Brasil.

Para a socialista, nessa Semana da Mulher, que marca as lutas por espaço e justiça entre homens e mulheres, as parlamentares, os movimentos sociais e a sociedade em geral não podem perder de vista os direitos humanos que, no caso das presidiárias, estão sendo afrontados brutalmente. “É preciso que o 8 de março se dê em cima de ações concretas. Na CPI do sistema carcerário, precisamos de uma ala para tratar dessa realidade e cobrar do poder público e do sistema judiciário, para que os processos tenham maior agilidade, garantindo assim condições para as presas cumprirem suas penas”, ponderou.



Quadro de horror: mulheres grávidas, com tuberculose e aids convivem juntas na mesma cela sem higiene e espaço físico. A delegacia abriga um número de presas oito vezes maior que sua capacidade

O Inferno numa Cadeia Pública

A pouco mais de 500 quilômetros de São Paulo fica Bilac, cidadezinha pacata do interior do Estado, com menos de dez mil habitantes.

Quando se chega lá, vindo de uma megalópole, experimenta-se a agradável sensação de paz e de tranquilidade. Mas o bem-estar dura pouco. Basta atravessar uma avenida larga, cheia de luz e de sol, para se deparar com o calabouço fétido da cadeia pública, onde noventa e uma detentas, a maioria entre 18 e 35 anos, estão amontoadas num espaço onde caberia, no máximo, doze presas.

Distribuídas em três celas minúsculas, corpos sobre corpos, disputam o espaço de menos de um metro quadrado para cada detenta, com baratas e outros insetos que proliferam num ambiente onde há uma fossa estourada e chão encharcado pelas águas das chuvas que entram pelas grades das celas, sem vidros.

Além disso, os banheiros não têm portas nem vasos sanitários, obrigando as presas a fazerem suas necessidades fisiológicas na frente das outras, sem nenhuma privacidade.

Não bastasse isso, dentro dos banheiros existem fogões em que as detentas cozinham e onde dejetos e alimentos partilham o mesmo espaço.

Não é de se estranhar, portanto, que, em condições tão terríveis de higiene e sem assistência médica, a não ser o atendimento, uma vez por mês, prestado por um médico do posto de saúde muni-

cipal, o estado de saúde das detentas esteja gravemente afetado. Há, inclusive, quatro portadoras do vírus HIV; uma em estado avançado da doença, com tuberculose.

Entre as presas, encontram-se seis gestantes, igualmente sem assistência médica pré-natal e muito preocupadas com as condições em que darão à luz.

Esse quadro, por si só, demonstra o inferno em que vivem aquelas mulheres a quem são negados os mais elementares direitos humanos.

Ressalve-se, entretanto, a sensibilidade do Juiz da Comarca, Dr. João Alexandre Sanches Batagelo que, além de conceder liminar, requerida pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, solicitou nossa presença, como parlamentar, para constataremos aquela dramática situação e ajudar a resolver.

Com a visita que fizemos à cadeia de Bilac, junto com o Juiz da Comarca, o caso teve ampla repercussão na mídia regional, chegando ao conhecimento das autoridades do Estado, inclusive do governador José Serra, com quem estivemos pessoalmente e que assegurou imediatas providências para solucionar o caso.

Casos dramáticos como este devem estar no centro dos debates que ocorrerão no curso das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

ARTIGO

Ana Arraes*

A mulher na Reforma Agrária

A trabalhadora rural tem sido desprovida de cidadania quanto aos seus direitos jurídicos e sociais. O artigo constitucional que estabelecerá explicitamente os direitos da mulher à terra na reforma agrária, como um subproduto do esforço de alcançar a igualdade entre homens e mulheres em todas as suas dimensões legais, foi resultado de uma Emenda Popular à Constituição, a partir de uma campanha nacional de assinaturas, sob o slogan “*para o processo constitucional ser válido, ele deve incluir os direitos das mulheres*”

A Constituição de 1988, art. 189, estabelece que: “*o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil*”

Essa conquista deveu-se sobretudo à coalizão de mulheres dentro dos Estados e dos partidos políticos, trabalhando junto com um movimento unificado de mulheres rurais e urbanas, lutando pela expansão dos direitos das mulheres.

O movimento de mulheres rurais do Sertão Central desenvolveu duas reivindicações centrais: acesso à terra e a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade e aposentadoria para as trabalhadoras rurais. A reivindicação pelos direitos da mulher à terra surgiu na primeira reunião do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, em Pernambuco, nas reuniões de Serra Talhada em 1982 e 1983 e no Congresso de Mulheres Trabalhadoras, no Rio Grande do Sul, em 1986, organizado pelo grupo conhecido como as Margaridas (nome da líder nordestina assassinada Margarida Alves).

Sob uma perspectiva de gênero, a reforma agrária brasileira chama a atenção em termos da baixa parcela de mulheres beneficiárias. De acordo com o Primeiro Censo de Reforma Agrária de 1996, somente 19.905 mulheres foram beneficiadas diretamente pela reforma agrária, representando 12,6% do total nacional de 157.757.

Somente em 2001 - 13 anos depois da promulgação da Constituição - o título de propriedade conjunta foi aceita pelo Inca como consequência da maior manifestação nacional de mulheres rurais já feita: a Marcha das Margaridas de 2000, que exigiu o acesso das mulheres trabalhadoras rurais às políticas públicas de reforma agrária, exigindo que: “*a documentação do assentamento ou parcela fosse expedida em nome do casal e no nome da mulher quando esta for solteira*”.

Em 2003 - de novo, fruto das reivindicações da Marcha das Margaridas de 2003 - as mulheres foram incluídas no Pronaf. Assim, as mulheres passaram a



ter o direito de tomar empréstimos e financiar iniciativas paralelas à atividade agrícola (que já contava com crédito familiar) como a produção de doces, roupas ou artesanato.

Finalmente, é importante lembrar que foi somente em 2007 - quase vinte anos depois da promulgação da Constituição - que o Inca passou a permitir que a mulher também seja titular de lotes da reforma agrária, independentemente do seu estado civil.

Tal lentidão em assegurar os direitos da mulher à terra é explicada pelas práticas culturais profundamente enraizadas, apoiadas até recentemente pelas normas legais, em que somente maridos representavam a família e administravam seus recursos. Vale lembrar que a desigualdade nas relações de gênero faz parte de um amplo processo histórico, cultural, estrutural, que perpassa as esferas privada e pública.

Tratar a questão da mulher na estrutura fundiária brasileira significa remeter à sociedade patriarcal, onde o homem é o chefe de família e a mulher é a cônjuge; a terra é um patrimônio que pertence ao homem. Nesses termos, os papéis doméstico e produtivo são separados e a mulher não é identificada como agente econômico. Ela só aparece na esfera doméstica (não-produtiva) sem valor econômico mensurável apesar de participar do trabalho da casa e do trabalho produtivo do campo.

Observa-se que, basicamente, em todos os níveis de relação com a terra, o fenômeno da (in)visibilidade e subordinação feminina aparece, reafirmando o tratamento desigual entre os sexos. É incompreensível o fato de a mulher rural ter um papel (in)visível do ponto de vista da cidadania, quando ela representa aproximadamente 45% da força de trabalho empenhada na produção. Conquistar autonomia econômica deve ser o principal objetivo das mulheres quando o assunto é políticas públicas para a agricultura.

É necessário avançar. As mulheres desejam uma sociedade de paz e construção de um mundo novo. A paz só será consolidada com a extinção das grandes injustiças que sofrem as mulheres atualmente. Mudemos de atitude dentro de nós e lutemos com as armas da nossa história de grande contribuição na formação da história do Brasil e alcancemos o direito que é natural, pois todos somos iguais em obrigações e direitos. Mais direitos para todas!

*Deputada Federal (PSB-PE)

ARTIGO

Lídice da Mata*

2007, o Ano da Mulher no Turismo

O ano de 2007 foi, sem dúvida, o ano da mulher no turismo. A começar pela presença de mulheres em cargos públicos relevantes do setor em nosso País. A ministra do Turismo é Marta Suplicy, a presidente da Embratur é Jeanine Pires, a presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal é a senadora Lúcia Vânia e, em 2007, coube a mim a presidência da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara Federal. Mas ainda há muito o que fazer.

Quando ocupam funções públicas, os membros do Partido Socialista Brasileiro (PSB) se esmeram no trabalho árduo e no respeito aos princípios éticos que são a marca da história de nossa agremiação. É um procedimento que vale para cargos executivos em todas as escalas dos governos e também para sua atuação nos legislativos municipais, estaduais e federal.

Como presidente da Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara Federal, durante o ano de 2007, com apoio de vários companheiros, segui à risca esse ditame. Foi um ano de grandes realizações para a CTD, tanto no que respeita à fiscalização das ações do Executivo, quanto na tomada de iniciativas de muita valia para os setores do turismo e do desporto. Com muito afinco e determinação e com prioridade na valorização da mulher.

A atuação do PSB na Comissão, que incluiu os deputados Aberlardo Camarinha (SP) e Valdares Filho (SE), determinou em verdade os intensos esforços desenvolvidos pelos seus trinta e oito membros (dezenove titulares e igual número de suplentes), ao longo dessa sessão legislativa. E em 2008, tenho certeza, teremos igual desempenho, com destaque ainda maior à questão da mulher.

Há quem reclame, por exemplo, de uma suposta inoperância da Câmara dos Deputados, obstruída em sua pauta pelo excesso de medidas provisórias. Mas estes se esquecem que uma das grandes inovações oferecidas pela Carta de 88 quanto ao funcionamento do Poder Legislativo foi o seu artigo nº 58, que criou o poder conclusivo de nossas comissões permanentes. O que se propôs ali foi um Legislativo mais descentralizado e democrático.

A justeza dessa decisão da Constituinte de 88 foi reforçada diariamente, nesse último ano, pela prática intensa do exercício da presidência da CTD. Isso, por indicação de meus pares de bloco partidário que muito me honrou e responsabilidade que dividi com meus competentes vices, os deputados Brizola Neto (PDT/RJ) e Fábio Faria (PMN/RN) e deputada Sueli Vidigal (PDT/ES)

Como baiana, já sabia da importância do turismo para o desenvolvimento nacional e para a geração de empregos. Como brasileira, já partilhava da pai-

xão de nosso povo pelo esporte e de sua importância para a formação cidadã de nossa juventude. Em ambos os setores, foi um ano de intensas realizações na CTD. Uma constatação, porém, chama a atenção: em ambos os setores, a mulher ainda é discriminada e colocada em segundo plano.

O Dia Mundial do Turismo do ano passado, celebrado em 27 de setembro, no Sri Lanka, teve como lema “O Turismo abre portas para as mulheres”. A escolha foi da Organização Mundial do Turismo (OMT), em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), e nós realizamos várias atividades na mesma direção, com eventos e publicações sobre o tema.

Os países membros da OMT, entre os quais o Brasil, são signatários do Código Mundial de Ética do Turismo. Seu artigo 2º estabelece que “As atividades turísticas devem respeitar a igualdade entre homens e mulheres, devem tender a promover os direitos humanos e, especialmente, os particulares direitos dos grupos mais vulneráveis, especificamente as crianças, os idosos, os deficientes, as minorias étnicas e os povos autóctones”.

O mesmo ocorre no plano nacional, com a modernização da legislação sobre direitos humanos e reiterada afirmação da igualdade em documentos oficiais e manifestações da sociedade. E, em 2008, o Governo Federal, através de vários ministérios, promoverá a participação da mulher nas atividades públicas. E agirá no sentido de fazer valer a legislação que resguarda cota de participação feminina na política, muito pouco respeitada.

Na vida real, os dados são desanimadores. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios do IBGE, de 2005, as mulheres têm menor rendimento médio em relação aos homens (R\$ 514,01 contra R\$ 798,44 dos homens). E, mesmo sendo maioria na população residente do País (pouco mais de 51%), as mulheres enfrentam os maiores índices de desocupação (56%).

No setor de serviços, inclusive o turismo, a situação não é diferente. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que, dos brasileiros empregados em dezembro de 2004, 4,2 milhões eram mulheres que atuavam em diversas ocupações do setor serviços. O total de homens, nas mesmas funções, era de 5,2 milhões.

Quanto à remuneração,

os salários femininos eram, em média, de R\$ 929,73, enquanto os dos homens chegavam a R\$ 1.144,54. Os dados do IPEA demonstram que, na mesma data, as atividades características do turismo no Brasil empregavam 712 mil pessoas, que representavam 2,3% do emprego formal no conjunto da economia brasileira e 7,2% do emprego no setor de serviços.

Tradicionalmente, também nesta área a mulher sempre se ocupou de “serviços de mulher”. Era cozinheira, passadeira, faxineira, atendente de portaria, telefonista, garçomete, balconista de loja, vendedora de passagens, despachante de aeroporto, aeromoça ou até motorista. Funções que, embora dignas e gratificantes, são consideradas de segundo nível e, por isso, com remuneração menos atraentes para os homens.

Aos poucos, porém, foi alcançando novas posições na atividade turística. Primeiro, em cargos de chefia nos “serviços de mulher” ou em funções correlatas, como chefe ou proprietária de pensões e pousadas, por exemplo. Ou, ainda, em atividades surgidas com o advento de novas modalidades turísticas.

Mas tem um fato recente que influencia uma mudança mais qualificada no setor, já ligada à questão do empoderamento da mulher. Segundo o IBGE, em 2005, as mulheres já eram maioria na universidade e, hoje, 64% das pessoas que concluem o ensino superior no Brasil são mulheres. Assim, coincidindo com essa elevação do nível geral de escolaridade da mulher, ela foi escalando funções mais bem remuneradas, como operadora, gerente de agências, intérprete, produtora cultural e supervisora em hotéis.

Mas o aproveitamento desse potencial depende em grande parte da modernização de nossa legislação para o setor. Isso, por si só, justificaria, por exemplo, urgência na tramitação do projeto de Lei Geral do Turismo (LGT). A proposta foi discutida por entidades ligadas ao setor e do Ministério do Turismo e encaminhada ao Congresso pelo presidente Lula.

Será, pois, a oportunidade de fomentarmos a atividade turística de um modo geral e, ao mesmo tempo, promover a participação feminina no setor. Entretanto, muitas ações podem ser desencadeadas para fazer de 2008 um ano histórico para a mulher brasileira e, em particular, para sua participação na crescente atividade turística.

*Deputada Federal (PSB-BA) e Presidente da Comissão de Turismo e Desportos da Câmara dos Deputados em 2007

